



Porque chegámos a este estado?

Paulo Trigo Pereira, autor de "Portugal: Dívida Pública e Déficit Democrático", explica o actual estado do País e estabelece relação entre os problemas das finanças públicas e a qualidade da democracia.

Mafalda de Avelar

Porque chegámos ao ponto a que chegámos de insustentabilidade das finanças públicas e de necessidade de impor sacrifícios acrescidos aos portugueses? Porque tendem as democracias a produzir défices e que reformas de natureza institucional são necessárias? O principal objectivo deste ensaio é dar resposta a (estas) duas questões", ambiciona, na nota introdutória, Paulo Trigo Pereira, autor de "Portugal: Dívida Pública e Déficit Democrático".

E consegue. De leitura fácil e repleto de dados económicos interessantes, neste livro, cujo argumento central é que "os problemas das finanças públicas derivam de fraca qualidade da democracia", encontramos explicações para a actual situação económica. Leia abaixo a entrevista ao autor, que pode ser lida na íntegra no 'blog' livrosemanias.blogspot.com.

Porque tendem as democracias a produzir défices?

Há várias razões. Primeiro, porque os cidadãos não estão geralmente bem informados e tendem a premiar políticos que descem, ou não sobem, impostos e agrada-lhes quem faz "obra". Isto é, aumenta a despesa, sem verem a conexão directa com a despesa pública. Depois porque, sem limites ao endividamento (em qualidade e quantidade), as gerações presentes impõem um ónus às gerações futuras, que ainda não estão cá, ou ainda não têm idade para votar. Finalmente, porque a democracia assenta demasiado na competição po-

lítica, não havendo grandes incentivos para a cooperação que, em certas reformas estruturais, é crucial.



"Portugal: Dívida Pública e Déficit Democrático"

Licenciado em Economia pelo ISEG, mestre em Sociologia e Economia históricas pela Universidade Nova de Lisboa, doutorado pela Universidade de Leicester e agregado pelo ISEG/UTL.

Até que ponto é que a democracia está relacionada com o desenvolvimento económico; e vice-versa?

Há certos tipos de democracia que são obstáculos ao desenvolvimento económico, mesmo em países desenvolvidos. Quando o Estado é caracterizado por um corporativismo social, com grupos de interesse e lóbis enraizados defendendo interesses particularistas, contra o interesse geral, aqui não existe desenvolvimento. A sociedade em vez de ter incentivos que promovem o desenvolvimento, a criação de riqueza e a redistribuição generalista para os mais carenciados promove, pelo contrário, estratégias rentistas e redistributivas de satisfação de clientelas com poder de influência.

No caso português: será que corremos o risco de ficarmos menos desenvolvidos com tantas medidas de austeridade? Será que nos podemos tornar num país mais desigual e menos democrático?

Devemos distinguir "austeridade" (por exemplo corte de salários) de "consolidação orçamental" (redução de défice e dívida), pelo que pode haver consolidação, que é essencial, com mais ou menos austeridade. Só por si, a consolidação não leva a maior desigualdade e menor democracia. Depende da forma como for feita.

Se tiver que enumerar cinco variáveis "responsáveis" pela ac-

tual situação da nossa dívida pública, essas são?

Escolho duas económicas, uma "cultural" e duas políticas. Desorçamentação (saída de organismos dos orçamentos das administrações públicas), Parcerias público-privadas particularmente no sector rodoviário, a "cultura" do défice natural, eterno e virtuoso, o sistema eleitoral (fechado e bloqueado), e o financiamento dos partidos políticos, sem consignação de verbas a grupos de estudo internos.

Até que ponto a variável humana tem peso no estudo da nossa situação económica?

Até que ponto a variável humana tem peso no estudo da nossa situação económica?

Numa perspectiva económica, o fado português tem um traçado cíclico?

A qualificação das pessoas é essencial. As Universidades necessitam de um "choque de mobilidade" do seu corpo docente, para melhorar a sua qualificação e, através dela, a dos seus alunos. Ao fim de cinco anos, todos os doutorados deveriam ser obrigados a concorrer a outra escola. Os Politécnicos ganhariam com maior qualificação do seu corpo docente. A formação de quadros na Administração deveria ser de qualidade, o contrário do que está a acontecer com a extinção do Instituto Nacional de Administração (INA).

Acredita que os sacrifícios pedidos aos portugueses valerão a pena?

Nem todos os actuais sacrifícios são necessários, pois há escolhas que este governo fez e com as quais discordo, por não serem universais e equitativas. Trata-se de opções governamentais e não de necessidades. Mas parte dos sacrifícios são necessários, e não só não temos uma alternativa como há já alguns resultados positivos desta perda parcial de soberania. Enterrámos alguns projectos megalómanos e estamos a aumentar a transparência da Res Pública, isto é da coisa pública que é financiada por todos nós. Estamos mais pobres, mas porventura mais solidários e decerto mais atentos ao que se passa nesta nossa casa comum chamada Portugal. ■